



Ordem dos Engenheiros nos Açores promete que vai combater o exercício ilegal da profissão na Região

Engenheiro Paulo Botelho Moniz tomou posse ontem



Paulo Botelho Moniz volta a presidir à Ordem dos Engenheiros na Região Açores

Tomaram posse ontem os novos corpos sociais da Ordem dos Engenheiros na Região Açores, que a partir de agora “ganha um dimensão e um relevo completamente diferente do passado”, adianta o Presidente empossado. Paulo Botelho Moniz explica que para além da mudança na designação – que passa de Secção Regional para Região Açores – as diferenças vão fazer-se sentir-se em termos práticos. Por um lado, a Ordem dos Engenheiros Região Açores passa a ter “um maior número de valências” que permitirá “dar um apoio muito mais amplo a todos os membros que exercem nos Açores”.

Por outro lado, “e pela primeira vez na história dos 80 anos da Ordem dos Engenheiros”, o Presidente do Conselho Directivo da Região Açores passa a ter assento no Conselho Directivo Nacional: “Isso é muito importante porque passamos a intervir de pleno direito nas decisões que dizem respeito à actividade da engenharia em Portugal e, em particular, levando os aspectos que aos Açores mais prementemente dizem respeito”.

O novo Presidente, que já cumpriu dois mandatos à frente da secção regional, o primeiro em 2007 e o mais recente em 2010, reconhece que esta mudança implica “uma nova dinâmica e maior responsabilidade”. Esta alteração, sublinha Paulo Botelho Moniz: “Obrigou também a trazer a estes novos corpos directivos um conjunto de pessoas para dar corpo a todas essas novas obrigatoriedades que temos de apoio, nomeadamente a criação de colégios nas especialidades mais representadas e, em particular, a criação de uma delegação no Grupo Central, que iremos procurar ao longo do mandato colocar em funcionamento com sede na Terceira”.

Depois de ter cumprido dois mandatos, Paulo Botelho Moniz sucede a António Cansado na liderança da Ordem dos Engenhei-

ros Região Açores. A cerimónia de ontem contou com a presença do novo Bastonário, Mineiro Aires, da Ordem dos Engenheiros que este ano assinala os oitenta anos.

Entre as prioridades para o mandato que agora se inicia, Paulo Botelho Moniz, refere a necessidade de impedir que as pessoas exerçam Engenharia ilegalmente ou seja, garantir que para “o exercício da profissão e dos actos de engenharia, e a atribuição do título” as pessoas terem de estar “obrigatoriamente” inscritas na Ordem dos Engenheiros: “Se não o fizerem, de acordo com os nossos estatutos, estão a incorrer numa prática do uso ilegal do título de engenheiro, ou do exercício da profissão e isto é, na nossa moldura penal punido”.

Paulo Botelho Moniz sublinha: “Este é um aspecto muito importante que vamos focar neste nosso mandato. Há muitas pessoas que exercem e praticam actos de engenharia no dia-a-dia sem estarem devidamente inscritos na Ordem dos Engenheiros e isso é crime”. Esta irregularidade também se verifica nos Açores: “Temos vários casos em que nos apercebemos uma vez por outra mas agora vamos estar de forma sistemática a olhar para esta situação”, quer nas entidades públicas quer nas entidades privadas.

O novo Presidente da Ordem dos Engenheiros dá um exemplo para demonstrar a importância deste assunto: “Ninguém gostaria de ser operado ou de ser atendido num hospital por uma pessoa que se intitula médico mas que não estivesse inscrito na Ordem dos Médicos”. A gravidade é semelhante, defende Paulo Botelho Moniz: “Não pode fazer-se um projecto, não se pode responsabilizar por um acto de engenharia, seja ele qual for, quem não estiver inscrito na Ordem. O exercício de Engenharia é um acto de confiança pública. Os cidadãos e a sociedade reconhecem à Ordem um repositório, um guardião deste facto”.

Bárbara Almeida